



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Auditoria de Regularidade, não programada, com o objetivo de avaliar as obras de implantação da infraestrutura do Parque Burle Marx - PROC. nº 21968/2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.1	Medição de serviços desnecessários ou de quantidades maiores do que aquelas efetivamente realizadas na execução do Contrato n.º 622/2011.	Indevido atesto e pagamento por serviços de "Momento Extraordinário de Transporte de Material de 1ª Categoria Solos de Jazidas com distância além de 5 km" no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES para importação de material de jazida indicada a 61 km da obra, sem a devida comprovação da necessidade de importação de solo com base em dados concretos documentados nos diários de obras, ensaios de laboratório, e outros documentos, nem da origem e quantidade do material utilizado mediante documentos fidedignos, adotando distância irreal da Jazida Rajadinha de 61 km em vez dos reais 43 km, e ainda, por decorrência, o também indevido atesto e pagamento por serviços de "Escavação de material de 1ª categoria e de solos de jazidas"; "Carga de material de 1ª categoria e de solos de jazidas"; e "Transporte em caminhão de material de 1ª categoria e de solos de jazidas com distância de até 5,0 Km", caracterizando superfaturamento e burla aos princípios da legalidade, motivação, economicidade, proporcionalidade, e aos arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4320/64.	02/01/12 a 31/08/13	Giancarlo Ferreira Manfrim (engenheiro fiscal da obra)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a suspensão)	Ação culposa nas modalidades negligência e imprudência ao realizar o atesto e o pagamento por serviços não comprovadamente necessários, aliada a ausência de evidências, registros e documentos comprobatórios fidedignos que pudessem comprovar a real importação de solo da Jazida Rajadinha indicada e faturada a 61 km, que em verdade se situa a 43 km da obra, no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES.	O atesto do fiscal nas medições é requisito para o pagamento pelos serviços.	N.A.	Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação do responsável, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresente defesa ou recolha o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 30.09.2013, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts.56 e 60 da LC nº 01/94.



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.1	Medição de serviços desnecessários ou de quantidades maiores do que aquelas efetivamente realizadas na execução do Contrato n.º 622/2011.	Indevido atesto e pagamento por serviços de "Momento Extraordinário de Transporte de Material de 1ª Categoria Solos de Jazidas com distância além de 5 km" no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES para importação de material de jazida indicada a 61 km da obra, sem a devida comprovação da necessidade de importação de solo com base em dados concretos documentados nos diários de obras, ensaios de laboratório, e outros documentos, nem da origem e quantidade do material utilizado mediante documentos fidedignos, adotando distância irreal da Jazida Rajadinha de 61 km em vez dos reais 43 km, e ainda, por decorrência, o também indevido atesto e pagamento por serviços de "Escavação de material de 1ª categoria e de solos de jazidas"; "Carga de material de 1ª categoria e de solos de jazidas"; e "Transporte em caminhão de material de 1ª categoria e de solos de jazidas com distância de até 5,0 Km", caracterizando superfaturamento e burla aos princípios da legalidade, motivação, economicidade, proporcionalidade, e aos arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4320/64.	02/01/12 a 31/08/13	Empresa JM (empresa contratada)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a suspensão)	Ação dolosa ao pleitear faturamento de itens de serviços não comprovadamente necessários e contrariando o projeto básico, aliada a ausência de evidências, registros e documentos comprobatórios fidedignos que pudessem comprovar a real importação de solo da Jazida Rajadinha indicada e faturada a 61 km, que em verdade se situa a 43 km da obra.	A fatura apresentada pela empresa indicando os serviços a serem pagos é o documento que inicia a aprovação da medição mediante o atesto do fiscal.	N.A.	Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação do responsável, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresente defesa ou recolha o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 30.09.2013.



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.1	Medição de serviços desnecessários ou de quantidades maiores do que aquelas efetivamente realizadas na execução do Contrato n.º 622/2011.	Inobservância da indicação do Projeto Básico para uso do solo local do Parque nas camadas estruturais de vias, ciclovias e estacionamentos por considerar no orçamento estimativo da Concorrência n.º 041/2008-ASCAL/PRE a importação das quantidades totais de solo de jazida, aliada à previsão errônea da distância da Jazida indicada no projeto básico de 61 km em vez dos reais 43 km, resultando em superestimativa de quantitativos do item de "Momento Extraordinário de Transporte de Material de 1ª Categoria Solos de Jazidas com distância além de 5 km" e caracterizando desrespeito ao princípio da economicidade e ao art. 6º, inciso IX, alínea "f", e art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/96.	2008 (período de elaboração do edital e orçamento estimativo)	Plínio F. M. Fragassi (Engenheiro responsável pelo orçamento estimativo Concorrência n.º 041/2008-ASCAL/PRES)	2008 (período de elaboração do edital e orçamento estimativo)	Ação culposa na modalidade imperícia ao não considerar indicação do Projeto Básico para uso do solo local do Parque nas camadas estruturais de vias, ciclovias e estacionamentos e considerar no orçamento estimativo a importação das quantidades totais de solo de jazida, aliada à previsão errônea da distância da Jazida indicada no projeto básico de 61 km em vez dos reais 43 km, resultando em superestimativa de quantitativos do item de "Momento Extraordinário de Transporte de Material de 1ª Categoria Solos de Jazidas com distância além de 5 km".	O orçamentista é o responsável técnico pelo orçamento de referência da licitação que norteou a contratação com as quantidades superestimadas.	N.A.	Audiência do responsável, com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresente, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 01/94, c/c art. 182, I, da Resolução nº 38/1990.



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.3	Desrespeito às especificações do serviço de escoramento de valas e pagamento indevido por serviço não executado.	Indevido atesto e pagamento por serviços de "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,60m de diâmetro" e "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,80m a 1,5m de diâmetro" no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES, sem apresentação de projetos de escoramento e com evidências de inexecução desses serviços, caracterizando superfaturamento e burla aos princípios da legalidade, motivação, economicidade, proporcionalidade, e aos arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4320/64.	02/01/12 a 31/08/13	Giancarlo Ferreira Manfrim (engenheiro fiscal da obra)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a suspensão)	Ação culposa nas modalidades negligência e imprudência ao realizar o atesto de pagamentos de "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,60m de diâmetro" e "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,80m a 1,5m de diâmetro", sem apresentação de projetos de escoramento e com evidências de inexecução desses serviços no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES.	O atesto do fiscal é requisito para o pagamento pelos serviços.	N.A	Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial em processo apartado, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação do responsável, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresente defesa ou recolha o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 30.09.2013, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts.56 e 60 da LC nº 01/94.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Auditoria de Regularidade, não programada, com o objetivo de avaliar as obras de implantação da infraestrutura do Parque Burle Marx - PROC. nº 21968/2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.3	Desrespeito às especificações do serviço de escoramento de valas e pagamento indevido por serviço não executado.	Indevido atesto e pagamento por serviços de "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade , para tubulação de até 0,60m de diâmetro" e "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade , para tubulação de até 0,80m a 1,5m de diâmetro" no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES, sem apresentação de projetos de escoramento e com evidências de inexecução desses serviços, caracterizando superfaturamento e burla aos princípios da legalidade, motivação, economicidade, proporcionalidade, e aos arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4320/64.	2012 a 2014	Empresa JM (empresa contratada)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a suspensão)	Ação dolosa ao pleitear faturamento de itens de serviços "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,60m de diâmetro" e "Escoramento Descontínuo para valas de até 4,00m de profundidade, para tubulação de até 0,80m a 1,5m de diâmetro", sem apresentação de projetos de escoramento e com evidências de inexecução desses serviços no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES.	A fatura apresentada pela empresa indicando os serviços a serem pagos é o documento que inicia a aprovação da medição mediante o atesto do fiscal.	N.A.	Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação do responsável, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresente defesa ou recolha o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 30.09.2013.



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.5	Existência de pista de pouso e decolagem da APUB – Associação de Pilotos de Ultraleve de Brasília, em área pública nos limites do Parque Burle Marx.	Irregular construção de pista de pouso e decolagens de aviões ultraleves de interesse da APUB no interior do Parque Burle Marx, mediante contratação, pela TERRACAP, de EIA/RIMA com a empresa GEOLINE, do projeto executivo com a empresa TOPOCART e da execução da obra da pista, contrariando o projeto oficial do Parque Burle Marx, descumprindo o Convênio nº 132/2011, caracterizando patrocínio de interesse privado e ofensa aos princípios da motivação, transparência, legitimidade, legalidade, moralidade e da indisponibilidade do interesse público, e ainda burla à Lei nº 8.666/93, arts. 60 e 65, com prejuízo ao Erário.	2012 a 2014	A identificar mediante instauração de TCE	A identificar mediante instauração de TCE	A identificar mediante instauração de TCE	A identificar mediante instauração de TCE	A identificar mediante instauração de TCE	Instauração de Tomada de Contas Especial na TERRACAP, com fundamento no art. 9º, caput e § 1º da Lei Complementar nº 01/1994, com vistas a identificação dos responsáveis e apuração do dano, nos termos da Resolução TCDF nº 102, de 15.07.1998 e da Instrução Normativa nº 05, de 07.12.2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Auditoria de Regularidade, não programada, com o objetivo de avaliar as obras de implantação da infraestrutura do Parque Burle Marx - PROC. nº 21968/2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.7	Medição de serviços sem cobertura contratual na execução do Contrato n.º 622/2011.	Medição, atesto e pagamento de serviços novos e/ou alterados qualitativa e/ou quantitativamente no montante de R\$ 3.441.795,20, sem respaldo no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES, devido à não formalização de termos aditivos para inclusão de tais serviços no ajuste, em ofensa ao estatuído no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com caracterização de contrato verbal vetado no art. 60 da mesma lei, e burla ainda aos arts. 62 e 63 da Lei nº 4320/64, pela liquidação irregular da despesa, e ainda inobservância conjunta da Cláusula Terceira, itens 1.4 e 1.5 Convênio NUTRA/PROJU n.º 132/2011 – TERRACAP/NOVACAP/SO, e do art. 41, inciso II e § 5º e art. 44 do Decreto nº 32.598/2010.	02/01/12 a 30/08/13	Sr. Giancarlo Ferreira Manfrim (fiscal do Contrato nº 622/2011)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a suspensão)	Omissão e ação culposa nas modalidades negligência e imprudência ao não promover a realização de termos aditivos para a alteração de composições de serviços, inclusão de serviços novos e acréscimo de quantitativos de serviços, e ao efetuar a medição, o atesto e o pagamento desses serviços sem respaldo contratual, no montante de R\$ 3.441.795,20, no Contrato n.º 622/2011 /ASJUR/PRES.	A fiscalização da NOVACAP, responsável pela supervisão técnica da obra, permitiu e conduziu a realização das alterações qualitativas e quantitativas, sem, contudo, promover a devida formalização dessas alterações mediante termos aditivos, causando a prática de contrato verbal.	NA	Audiência do responsável, com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução nº 38/1990, para que apresente, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC nº 01/94, c/c art. 182, I, da Resolução nº 38/1990.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Auditoria de Regularidade, não programada, com o objetivo de avaliar as obras de implantação da infraestrutura do Parque Burle Marx - PROC. nº 21968/2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.7	Medição de serviços sem cobertura contratual na execução do Contrato n.º 622/2011.	Medição, atesto e pagamento de serviços novos e/ou alterados qualitativa e/ou quantitativamente no montante de R\$ 3.441.795,20, sem respaldo no Contrato n.º 622/2011/ASJUR/PRES, devido à não formalização de termos aditivos para inclusão de tais serviços no ajuste, em ofensa ao estatuído no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, com caracterização de contrato verbal vetado no art. 60 da mesma lei, e burla ainda aos arts. 62 e 63 da Lei n.º 4320/64, pela liquidação irregular da despesa, e ainda inobservância conjunta da Cláusula Terceira, itens 1.4 e 1.5 Convênio NUTRA/PROJU n.º 132/2011 – TERRACAP/NOVACAP/SO, e do art. 41, inciso II e § 5º e art. 44 do Decreto n.º 32.598/2010.	02/01/12 a 30/08/13	Engº Civil Antônio Pedro Ferreira Júnior (Executor do Convênio n.º 132/2011)	02/01/12 a 31/08/13 (período de execução do contrato até a paralisação)	Ação culposa na modalidade negligência, ao liberar recursos para pagamento de serviços sem respaldo contratual no valor de R\$ 3.441.795,20, configurando inadequada supervisão, fiscalização e acompanhamento do Convênio NUTRA/PROJU n.º 132/2011 – TERRACAP/NOVACAP/SO.	A liberação de recursos para pagamento sem a adequada conferência das medições e atestos permitiu a concretização do contrato verbal.	NA	Audiência do responsável, com fundamento no art. 182, § 5º, da Resolução n.º 38/1990, para que apresente, no prazo de 30 dias, razões de justificativa pelas irregularidades apontadas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da LC n.º 01/94, c/c art. 182, I, da Resolução n.º 38/1990.

Data de elaboração: ____/____/____

Elaborada por: _____

Supervisão: _____